



---

ISSN Eletrônico: **2525-5908**

[www.revistafarol.com.br](http://www.revistafarol.com.br)

**Inclusão escolar e os alunos com deficiência auditiva na rede regular de ensino**

Daiane de Lourdes Alves

## **Inclusão escolar e os alunos com deficiência auditiva na rede regular de ensino**

Daiane de Lourdes Alves<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como discussão principal o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais na rede regular de ensino, ressaltando principalmente como deve ser considerado os alunos com surdez nesse universo escolar. Diferente de outras necessidades especiais o aluno com surdez tem grande chance de compreender as atividades passadas pelo professor, sua interação não se compromete quando o professor busca atividades que façam com que ele se interaja com os demais alunos. Para um desenvolvimento adequado o aluno com necessidade especial necessita de acompanhamento especializado, dentro e fora da sala de aula, o aluno com surdez não é diferente, no entanto se o professor titular da sala tiver compreensão sobre o sistema de comunicação utilizado que é a linguagem brasileira de sinais (LIBRAS) o atendimento em sala de aula pode ser dispensado. Reconhecer o aluno como agente ativo e capaz de aprender fará com que o professor perceba o aluno como um ser que demanda maiores cuidados, no entanto, é possível em suas especificidades garantir seu desenvolvimento e sua socialização.

**Palavras-chave:** Educação; Surdez; Inclusão; Necessidades Educacionais Especiais; Libras; Deficiência Auditiva.

### **School inclusion and students with hearing disability in the regular education network**

**ABSTRACT:** The present work has as main discussion the process of inclusion of students with educational needs in the regular network of education, highlighting mainly how students with deafness in this school universe should be considered. Different from other special needs, the student with deafness has a great chance to understand the activities passed by the teacher, his interaction does not compromise when the teacher seeks activities that make him interact with the other students. For a suitable development the student with special need needs specialized monitoring, inside and outside the classroom, the student with deafness is not different, however if the teacher of the room has understanding about the communication system used that is the language (LIBRAS) the attendance in the classroom can be waived. Recognizing the student as an active agent and able to learn will make the teacher perceive the student as a being that demands greater care, however, it is possible in their specificities to ensure their development and socialization.

**Keywords:** Education; Deafness; Inclusion; Special Educational Needs; Pounds; Hearing deficiency.

---

<sup>1</sup>Pedagoga, pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Rolim de Moura; Pós-graduada em educação infantil, ensino fundamental e gestão educacional pela faculdade São Paulo, Mestranda em Ciência da Educação pela AEBRA. E-mail: daianelive89@live.com.

Por natureza, toda pessoa tem suas necessidades, aqueles que apresentam desvio físico, intelectual, sensorial, social ou de comportamento muito acentuado, que não podem beneficiar-se dos programas da educação comum, necessitam de ensino ou serviços especializados, através da modificação ou apoio ao programa educacional comum, de maneira que eles próprios se tornem capazes de satisfazer suas necessidades.

Nesse contexto o professor pode ser considerado um dos melhores mediadores do desenvolvimento das crianças. As aprendizagens construídas na escola, muitas vezes, são as mais relevantes para a vida das pessoas, educadores escolares podem oferecer condições melhores de desenvolvimento aos educandos de acordo com as condições oferecidas pela instituição de ensino.

Assim, tal aprendizagem de âmbito escolar, além de oportunizar uma relação íntima com o saber, tem funções de socialização. Se for necessário adequar a estrutura do ensino, os conteúdos e os métodos ao ritmo e as características do aluno, a fim de lhe facilitar a construção de conhecimentos, que assim seja feito.

Pensando nessas condições este trabalho teve a preocupação em discutir sobre com tem sido o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), mais necessariamente os com dificuldades visuais nas escolas públicas para que haja um ensino de qualidade para crianças com necessidades educacionais especiais além de ressaltar qual a importância da relação entre a família e a escola bem como qual a formação necessária para os professores que atendem essas crianças.

Tais condições foram por vez norteadora do estudo e das discussões aqui postas, que por meio dos levantamentos de dado adquiridos através de questionário e observação possibilitaram a formação de categorias de análise ligadas diretamente com as dificuldades no atendimento e a importância do desenvolvimento social de alunos com necessidade educacionais especiais que envolvem família, escola e sociedade como um todo.

O que se obteve foi discutido em dois momentos, o primeiro momento de discussão traz a tona assuntos que dizem respeito às necessidades e dificuldades que professores encontram para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais e quais as condições da escola (físico-pedagógica) para o desenvolvimento dos mesmos. Já o outro ponto de análise apresenta a importância da relação entre a escola, sociedade e os pais de alunos com necessidades especiais ressaltando como estes são fundamentais para o desenvolvimento do aluno.

Embora a criança manifeste alguma dificuldade na escola, mesmo possuindo um forte comprometimento social, cognitivo ou emocional, ela tem potencial psicológico para se desenvolver.

De acordo com Pacheco et al (2007, p.14) um sistema educacional que promove inclusão total baseia-se nas seguintes crenças e princípios:

Todas as crianças conseguem aprender; todas as crianças frequentam classes regulares adequadas à sua idade em escolas locais, [...] recebem programas educativos adequados, [...] recebem um currículo relevante às suas necessidades, [...] participam de atividades co-curriculares e extracurriculares, [e] beneficiam-se da cooperação e da colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade.

À medida que este potencial corresponde às particularidades da criança, as quais podem ser melhores explicadas através de um entendimento aprofundado de sua subjetividade, a qual se constrói em prol das relações interpessoais.

Assim afirma Mantoan (2003, p. 28) que “a inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria das nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas [...]”.

Sobre os alunos com surdez, Damázio (2007, p. 4) destaca que:

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

Porém sabemos que estas considerações levaram certo tempo para serem definidas, ou seja, há alguns anos atrás a presença de alunos com necessidades educacionais especiais não era uma realidade no universo da escola regular de ensino, as mesmas tinham escolas específicas e partilhavam de condições únicas e que fossem destinadas a ela. Recebiam atendimentos mais terapêuticos do que educacionais, aos poucos esse cenário se modificou até chegarmos nos dias atuais, onde a inclusão ainda passa por um processo de organização, mas que já se torna significativa, pois deixa de segregar para incluir, socializar, fazer da pessoa com necessidade especial alguém participativa e atento ao que se passa ao ser redor.

Contextualizando a condição do atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais, sabe-se que inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a

organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Durante um século, tais providências caracterizaram-se como iniciativas oficiais e particulares isolados, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional de pessoas com necessidades especiais.

A partir de 1854, a Educação Especial começou sua trajetória no Brasil, com base nos estudos desenvolvidos na Europa, com modelos de internatos e de escolas especiais, e nos Estados Unidos, com a inserção de classes especiais na escola comum e as conquistas dos movimentos organizados de pais de pessoas com necessidades especiais, que levaram avante progressos na legislação, no amparo financeiro e na melhora dos serviços necessários a seus filhos. Na Suécia, toma a forma de "conselhos familiares" e, na França, a de "ação interfamiliar".

Após 1960, começaram, no Brasil, a surgir as escolas especiais, os centros de habilitação e de reabilitação, as oficinas protegidas de trabalho, os clubes sociais especiais e as associações desportivas especiais. Para Ferreira (2006, p. 87).

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a Lei nº. 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/educação especial).

A Educação Especial surgiu, então, como cuidados assistenciais às pessoas com necessidades especiais, separados da educação comum. Atualmente, uma nova tendência propõe uma abordagem diferenciada para essa modalidade de Ensino.

A partir da década de 1970, alguns estudiosos, consideram segundo Silva (2015, p. 5-6) que:

Baseados na ideia da modificabilidade cognitiva, acreditaram no potencial de aprendizagem da pessoa com deficiência. Havendo assim, uma mudança de paradigma, não mais baseada na segregação do aluno em instituição especializada, mas sim, na ideia de uma educação integrada, fundamentada na possibilidade de que as escolas regulares possam inserir os alunos que apresentam necessidades especiais nas salas comuns. Promovendo assim uma intensificação em torno da discussão sobre a integração/inclusão das crianças que apresentam necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

A Educação Especial que em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial do MEC (1994, p. 17), "é um processo educacional que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com necessidades especiais, condutas típicas, altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado".

O conceito de inclusão somente chega ao Brasil, segundo Miranda (2003, p. 67), na década de 1970, na qual ela se opõe "aos modelos de segregação e defendia a ideia de possibilitar, às pessoas que apresentavam deficiência, condições de vida o mais normal possível, assemelhando-se com a de todas as pessoas consideradas normais". Dessa maneira as propostas de definição das políticas públicas da década de 80 foram orientadas pelos princípios da integração e da normalização.

Stainback (1999, p. 25) esclarece que:

Em geral, os locais segregados, são prejudiciais, pois alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem afinal, pouca educação útil para a vida real, e os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes. Em contraste, o ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade. Os alunos aprendem como atuar e interagir com seus pares, no mundo 'real'. Igualmente importante, seus pares e professores também aprendem como agir e interagir com eles.

No Brasil, no fim da década de 1980 e início da década de 1990, assuntos sobre os direitos legais dos deficientes induziram pais e as pessoas com necessidades especiais instituírem ações com a intenção de garantir os direitos conquistados, reivindicando a execução dos mesmos. Mesmo com a garantia em Constituição o contexto real sobre a igualdade de direitos e de permissão de acesso e permanência na escola, como no caso do Brasil, nasceram convenções e tratados internacionais afirmando o direito de todos os seres humanos à igualdade, destacando a proibição e discriminação em virtude de religião, raça, sexo e deficiência. Esses documentos originaram significativos avanços para garantir os direitos destes cidadãos.

A fim de garantir os direitos dos deficientes como cidadãos e garantir a igualdade de oportunidades educacionais a todos, diversas resoluções e documentos foram proclamados em âmbito nacional e internacional. No Brasil, a principal delas é a Constituição Federal de

1988, com esta surgem resoluções, leis, e portarias que abordam as políticas de integração e inclusão.

Dentre elas estão as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CBE nº. 2/2001 determinam no art. 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar se para o atendimento aos educandos com necessidades educativas especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Cogitado como um processo integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob o enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, adequando-se as necessidades de pessoas com necessidades educacionais especiais, identificando-se com sua finalidade, cuja intenção é a de formar cidadãos conscientes e participativos. Diante disso afirma Silva (2015, p. 13).

Com o objetivo de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir ao aluno com deficiência o acesso com participação e aprendizagem no ensino comum, a oferta de atendimento educacional especializado, continuidade dos estudos e acesso a níveis mais elevados de ensino, promoção da acessibilidade universal, transversalidade da modalidade educação especial desde a educação infantil até a educação superior, e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Os alunos da Educação Especial, segundo RAIÇA (1990, p. 10), “são vivos, sentem, observam, têm as mesmas necessidades que as outras crianças. Não se pode confiná-los em um mundo à parte”. O deficiente é produzido pelo ambiente de carências afetivas, sociais, econômicas e culturais. Não são nem um louco, nem um bobo, são seres humanos que requerem, talvez, mais que os outros, orientação, apoio e carinho.

O número de alunos com deficiência matriculados nas escolas regulares do país tem aumentado a cada ano. A inclusão deve continuar a crescer e as redes de ensino precisam estar prontas para receber bem esses estudantes com ações que vão desde a melhoria dos espaços físicos à mobilização da comunidade escolar.

Com relação à deficiência auditiva as crianças enfrentam muitas barreiras ao ingressarem na escola em decorrência dessa perda. Da maneira que a escola tem organizado sua proposta educacional, pode prejudicá-los nas suas potencialidades cognitivas linguísticas, sócio afetivo e político cultural e, por conseguinte no desenvolvimento da sua aprendizagem.

Neste sentido, Mattos (2001) citado por Pereira e Marostega (2002, p. 16), afirma:

No contexto dessas dificuldades encontradas pelos surdos, considera relevante questionar como os surdos se encontram “incluídos” nas salas de aula no ensino regular. “Quase sempre, a prática nos mostra que esses alunos encontram sérias dificuldades de aprendizagem, alterações comportamentais, em abandono num canto da sala de aula, ou em tantas outras situações de dificuldades”.

Professores, diretores e demais envolvidos com a educação procuram proporcionar uma inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, porém sabe-se que para muitos ainda não é claro o conceito de inclusão.

O ingresso de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino trouxe inúmeros desafios para todo o sistema educacional, logo, se fez necessário incluir alunos com realidades e necessidades das quais os professores não haviam sido totalmente preparados para trabalhar. A falta de preparo por vezes ocasiona uma forma equivocada de conceber a ideia de inclusão e desenvolvimento social desses alunos.

Logo, Prieto (2006, p. 67), afirma

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino, que nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

A inclusão não ocorre em um mês e nem em um semestre, pelo contrário acontecem todos os dias e, o professor deve adotar um compromisso de esquematizar seus planejamentos para todos sem qualquer distinção.

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da escola que beneficie a todos os alunos. A organização de uma escola prevê o acesso à escolarização e o atendimento às necessidades educacionais especiais (MEC, 2006).

A educação inclusiva se apoia na premissa de que é preciso olhar para o aluno de forma individualizada e colaborativa, contemplando suas habilidades e dificuldades no aprendizado em grupo. Isso não significa reduzir as expectativas da turma ou deixar de avaliar os estudantes: as metas de conquista do conhecimento são estabelecidas em consonância com o potencial de cada criança. A escola deve ser um lugar de encontro, de igualdade, de desenvolvimento, fixada a métodos legais e competentes que auxiliam no desenvolvimento do

indivíduo e na implementação de práticas e políticas inclusivas, garantindo a igualdade de oportunidades.

Dessa forma, devem-se ter novos focos, como afirmam Martins, Pires e Pires (2012, p. 41) cujo foco das discussões se resume na dialética de construção de novos processos, logo:

A dialética da construção de novas exclusões e do combate a elas caracteriza a evolução das sociedades humanas. O resultado é a extensão de direitos fundamentais a diferentes segmentos das sociedades e a grupos minoritários, em busca de crescente igualdade de oportunidades para as pessoas que apresentam as mais variadas diferenças.

Oportunizar o ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas públicas de ensino regular é uma atitude que não deve ser confundida com integração. Assim, entende-se por integração o ato de receber alunos com necessidades educacionais especiais sem a preocupação de adequar os ambientes escolares, deixando que o próprio aluno se adapte ao mesmo, nesse sentido Odeh (1998) *apud* Machado, Fontes e Assunção (2013) afirmam que o que vivemos é uma

[...] Integração não planejada, fenômeno difundido no hemisfério sul, se refere à presença de crianças com deficiências na sala comum sem apoio especializado, e evidentemente ocorre sem planejamento nem intervenção de caráter profissional ou legal. (ODEH, 1998, p. 2)

Para muito é isso que tem acontecido, não há condições adequadas de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, acreditam estar fazendo uma inclusão quando na verdade não passa de uma integração mal estruturada.

Assim, como afirma Odeh (1998, p. 19) falta apoio especializado e formação, o professor do ensino regular não possui formação específica para o atendimento de determinados alunos e, sem formação, sem material e principalmente sem planejamento a presença de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino nada mais é que meramente uma integração sem participação nem mesmo desenvolvimento.

Considerando que segundo a legislação brasileira, são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo que possam afetar sua participação na sociedade em igualdade de condições. O atendimento escolar é obrigatório a todos os estudantes de 4 a 17 anos, inclusive aos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Não existe um tipo de deficiência que

exclua a criança de ser atendida pela escola em classe regular, sob pena de denúncia aos órgãos da Educação e ao Ministério Público.

Para Glat e Nogueira (2002 apud PRIETO, 2006, p. 60) se a pretensão é

Garantir educação para todos, independente de suas especificidades, deve-se asseverar oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir pra o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos.

Sabe-se que existem inúmeras leis que garante a presença desses alunos em sala de aula regular bem como difundem a ideia de que o profissional necessita de formação, dentre elas podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB) e a Constituição Federal de 1988. Embora existam essas e outras leis que regulamentem esse ensino e ressaltem a necessidade de uma formação de qualidade e que de suporte a essa modalidade de ensino, Sant’Ana em seu texto *“Educação inclusiva: concepção de professores e diretores”* questiona que apesar dessas leis o que tem acontecido na realidade não condiz com o que é preconizado por tais, ressalta Sant’ana (2005, p. 228).

O que tem acontecido nos cursos de formação docente, em termos gerais, é a ênfase dada aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando, por conseguinte, a capacitação necessária aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos ( Glat, Magalhães & Carneiro, 1998). A formação deficitária traz sérias consequências à efetivação do princípio inclusivo, pois este pressupõe custos e rearranjos posteriores que poderiam ser evitados.

Compreendido que o processo de integração é um ato em que não há valorização da diversidade, onde alunos e professores são “vítimas de um processo” mal sucedido, cabe-nos definir então na visão de teóricos ou até mesmo dos profissionais da educação o que de fato seria uma inclusão de qualidade, ou até mesmo uma escola inclusiva. Enquanto por um lado integrar é simplesmente ter a presença de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino sem nenhum tipo de adequação, suporte ou material, a inclusão por sua vez “[...] pressupõe a adaptação das instituições sociais para receber as pessoas com necessidades educacionais, independente de suas diferenças e deficiências [...]” (MACHADO; FONTES; ASSUNPÇÃO; GLAT, 2013, p.2).

Frente a mudanças e adequações muitos professores tendem a resistir às mudanças por não se sentirem preparados. Sem intenção de julgar, professores, instituições de ensino

superior ou até mesmo escolas de ensino regular, apontamos que o problema começa na formação inicial dos docentes, pois muitos cursos não oferecem capacitação adequada para que se crie familiaridade com a questão, refletindo assim no ensino em escolas regulares e na atuação dos profissionais de ensino, que necessitam estar preparados para, confirma MEC/SEESP(2000, p. 48):

[...] desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem de deficiência graves. O mérito dessas escolas não está só na capacidade de dispensar educação de qualidade a todas as crianças; com sua criação, dar-se-á um passo muito importante para tentar mudar atitudes de discriminação, criar Comunidades que acolham a todos.

Alguns profissionais se mostram desinteressados a fazer cursos ou aprimoramentos, ou não tem disponibilidade em realizá-los devido não serem oferecidos nem no âmbito institucional quanto no municipal e estadual, que fica a cargo de prefeituras muitas vezes pouco empenhada para a realização de projetos ligados ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Quando se inicia o ano letivo todos os professores se preocupam em estabelecer metas e objetivos a serem alcançados durante o ano com sua turma, todos os detalhes são preparados e esperados com expectativas por parte do professor, essa realidade tem um diferencial quando o professor recebe em sua turma um aluno com algum tipo de necessidade educacional especial, uma vez que esse aluno exigirá muito mais atenção e dependendo de sua limitação um maior número de adaptações, sejam elas de acesso ao currículo ou as pedagógicas propriamente ditas.

Sobre inclusão no ato de educar Mittler (2003, p.20) afirma que:

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais.

De suma importância para a inclusão de crianças com necessidades especiais além de superar as barreiras educacionais é garantir que esse aluno se socialize, para que isto aconteça é preciso que os demais alunos o acolham e compreendam o porquê de seu “coleguinha” com necessidade especial ter comportamentos diferentes dos considerados normais.

Logo se faz necessário educar para a diversidade como ressalta Carvalho et al (1998, p.23).

Educar para diversidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais, nas interações e práticas sociais que lhe fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para construção de sua identidade e autonomia.

Essa, por sua vez é uma conversa que deve ser feita com a turma preferencialmente quando o aluno especial não estiver em sala, para que o mesmo não se sinta constrangido. Ao tomar conhecimento dessa realidade sem dúvida os alunos serão grandes auxiliares nas atividades básicas desse aluno, servindo como ajudantes do professor.

Esse contato de alunos e professores, ou ainda dos pais, auxilia na conquista de aprendizagem desses alunos,

Compreende-se que as relações estabelecidas entre professores, dirigentes, alunos e pais, e a dinâmica das manifestações em sala de aula, os aspectos afetivos e emocionais fazem parte das condições organizativas do trabalho docente, implicando na qualidade do processo ensino-aprendizagem (SILVA, 2011, P. 05).

Sabido que a escola não se faz somente de alunos e professores, mas de toda uma comunidade, aqui tratada como uma comunidade escolar, por vez tendo cada um sua responsabilidade com a educação dos alunos sejam eles com necessidades especiais ou não. Por vez, ressaltando a condição de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, as responsabilidades se multiplicam, principalmente a dos pais desses alunos, onde a “participação da família no processo de inclusão do aluno surdo é um fator essencial para interação, comunicação e aprendizagem escolar do aluno, visto que é no ambiente familiar que a pessoa com surdez desenvolve as diferentes formas de comunicação” (SILVA, 2011, p. 4).

Logo, um importante grupo a ser envolvido na mudança de perspectiva de atendimento são os familiares dos alunos com deficiência. Os pais ao contrário do que se pensava não têm resistência ao atendimento inclusivo, eles têm de certo modo um receio de que seus filhos não sejam bem atendidos em razão da falta de estrutura, seja ela física ou cognitiva.

Essa preocupação tende a diferenciar-se de acordo com o grau de deficiência, e quanto mais grave for a deficiência, maior a preocupação da família, que em geral sofre com a falta de recursos adequados desde o nascimento da criança.

A Declaração de Salamanca – MEC (1994, p. 64) expressa que:

Aos pais deveria ser dado o direito de escolher, na medida do possível, o tipo de educação que almejam para seus filhos. E ainda propõe que a escola encoraje os pais a participarem em atividades educacionais no lar e na escola, onde eles poderiam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extracurriculares, bem como supervisionar e apoiar à aprendizagem de suas crianças.

Para tanto, acredita-se que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidos para todos os alunos, resultariam “naturalmente” na melhoria ou em uma real inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, contudo, como consequência, uma nova significação educacional.

Assim em uma educação pensada como modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, o dos com necessidades especiais, mas especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos.

Nas palavras de Silva (2009, p. 61):

O processo de elaboração de adequações curriculares constitui-se estratégia quando um aluno ou grupo de aluno necessitam alguma modificação na ajuda pedagógica que se oferece ao grupo em geral, seja por seus interesses ou motivações, ou por suas capacidades. Não se trata, pois, de fazer um programa paralelo, mas sim de realizar modificações individuais ou coletivas, a partir da programação do grupo de referência.

Em específico sobre os alunos com necessidades educacionais especiais além de tais condições é preciso ainda garantir que o mesmo possa estar participando de salas de apoio especializado, uma vez que dependendo de sua necessidade somente o ensino regular pouco auxiliará no seu avanço educacional.

Está presença na aprendizagem desse aluno, auxilia o professor do ensino regular, uma vez que havendo um diálogo frequente entre o profissional especializado e o professor de ensino regular com certeza aumentará o desenvolvimento do ensino-aprendizagem desse

aluno e, conseqüentemente a desenvoltura do professor do ensino regular para trabalhar com o mesmo.

Em suma, pode-se dizer que a inclusão se associa a uma educação para todos, é como um ensino especializado ao aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem antes enfrentar vários. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação, na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem.

Sobre a formação Silva (2011, p. 6) ressalta que:

Os cursos de formação se constituem um espaço propício para o desenvolvimento de habilidades e capacidades para identificação dos mecanismos do processo de aprendizagem e conhecimento dos alunos, onde o professor passará a desenvolver uma visão crítica sobre sua prática pedagógica, além de diversificar a metodologia de ensino, e usar instrumentos de avaliação compatíveis com as habilidades e potencialidades de cada um.

Desse modo, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, dispor de uma sustentação aos que estarão diretamente ligados com as mudanças é condição necessária para que tais não sejam impostas, mas sejam percebidos como resultado eficaz, moldando assim uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano, segundo Silva (2011, p. 9).

As políticas educacionais adotadas pelo sistema de ensino do país para inclusão do surdo nas suas instituições de ensino regular parecem pouco eficazes aos olhos de diversos segmentos da sociedade, inclusive de surdos, que rejeitam as propostas por acreditarem que invés de inclusão o sistema passa a promover ainda mais a exclusão, por não ter em sua rede escolas estruturadas para atender as suas peculiaridades.

A cultura brasileira tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperarem com aqueles que são ditos fora dos padrões de normalidade estabelecido por um grupo social que é maioria.

Para tanto, é bom lembrar que as diferenças se fazem iguais quando essas pessoas são colocadas em um grupo que as aceite, pois são acrescidos valores morais e de respeito ao

próximo, assim, tendo os mesmos direitos e recebendo as mesmas oportunidades diante da vida.

Nesse contexto, a educação inclusiva institui uma proposta educacional que distingue e garante o direito de todos os alunos em compartilhar um mesmo espaço escolar sem discriminar alunos seja qual for a natureza. Dessa forma, a educação especial é percebida como um campo de informação e uma modalidade colateral de ensino que transcorre todas as etapas, níveis e modalidades.

Assim, tornam-se necessárias, como formas de enfrentamento dos preconceitos e estereótipos existentes no ambiente educacional, ações em políticas públicas voltadas à formação inicial e continuada dos educadores, buscando uma educação que estimule as potencialidades de seus educandos e que assegure o aprendizado sem ignorar a pluralidade dos alunos reais existentes nas escolas.

Realizar o atendimento educacional especializado e disponibilizar o conjunto de recursos, serviços e estratégias específicas que beneficiem o processo de escolarização dos alunos com transtornos globais do desenvolvimento, deficiência e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns das escolas de ensino regular, e de sua influência mútua no contexto educacional, social, familiar e cultural.

Brincar com essas crianças é uma boa forma de ensinar e aprender, assim ela vai conhecendo objetos, texturas, forma, tamanho, cor e som usando as mãos, além de se desenvolver a autoestima, sentimentos afetivos e acabam por se tornar pessoas ativas, curiosas, que buscam sempre aprender mais. Utilizar recursos pedagógicos como óculos, lupas, softwares para passar o conteúdo pode facilitar e garantir o ensino-aprendizagem de qualidade, e necessário está atento ao contraste das cores e a luz do ambiente. Para as crianças cegas utiliza-se o Braille, a Reglete de metal, máquinas datilográficas o sorobã e ainda as atividades da vida diária que os auxilia bastante e os ajuda a tornarem-se independentes, neste processo é muito importante a ajuda dos pais e professores de estimulação.

Através deste estudo foi possível identificar, avaliar e conhecer a importância da inclusão escolar para a sociedade e principalmente para os portadores de necessidades especiais. Esse estudo mostra ainda que a sociedade e mesmo as famílias de portadores de necessidades especiais precisam aceitar e compreender que ser especial não é ser incapaz, mas ser diferente e com capacidades surpreendentes. Este estudo confirma que a sociedade não está preparada para a inclusão.

Para que se proporcione uma qualidade de vida melhor é imprescindível oferecer não só a prática pedagógica, mas consentir à necessidade de cada um em ambientes integrados, que adaptem suporte a essas pessoas, os professores necessitam ser capacitados para realizar da melhor maneira suas habilidades profissionais.

Logo, refletir sobre o processo de inclusão de alunos surdos na escola regular é indispensável e essencial porque educação de qualidade e social só é possível à medida que os vários organismos sociais e o corpo docente, analisam, discutem, propõe e executam ações reais capaz de transformar mentalidades e originar cidadania.

Considerando as discussões de pessoas que atuam diretamente como especialistas, educadores, pais de alunos surdos e os parâmetros legais que garantem a educação de qualidade do país, entre estes a LDB (9934/96) necessitam rever sua composição organizacional para ofertar um ensino inclusivo. E esta revisão necessita dar início por absorver as novas percepções de um ensino na perspectiva inclusiva, advindo de mudanças na estrutura física das instituições, capacitações dos profissionais da rede, obtenção de recursos materiais, agrupamento das famílias nos seus projetos educacionais apontando à melhoria no processo ensino-aprendizagem do seu corpo discente independente de qual quer que seja suas deficiências.

Pena que ainda falta muito para que esse trabalho seja completado com êxito, o que necessitamos levar em conta é que todos carecem estar dispostos a compartilhar e participar de cursos de formação continuada e repensar a sua prática pedagógica ainda que não se têm essa prática.

O professor necessita ter o domínio da classe; se ele obtém o domínio da sua sala com tantos alunos distintos com alunos inclusivos não é diferente, a prática ocorre todos os dias junto aos profissionais habilitados para lidar com cada aluno. As escolas precisam apoiar e juntar-se a esses profissionais do AEE para um melhor projeto e caminho nessa relação do aluno com a escola.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jontiem/Tailândia, 1990.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosdeficienciafisica.pdf>. Acesso em 08.02.2017.
- BRASIL. Ministério de Educação. **Saberes e práticas da Inclusão. Secretaria de Educação Especial**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosdeficienciafisica.pdf>. Acesso em 09. 01.2017
- CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- FERREIRA, Júlio Romero. **Educação especial ,inclusão e política educacional: notas brasileiras**. In: RODRIGUES, David (org.). *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.
- FERREIRA, Solange Leme. **Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 43-60, jan. 2007.
- GLAT, R. e NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: *Revista Integração*. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: moderna, 2003.
- MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MARTINS, A. R. PIRES, G. N. DA L. PIRES, J. **Inclusão escolar e social: novos contextos novos aportes**. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

MIRANDA, A.A.B. **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental.** Tese de Doutorado. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. São Paulo, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, A. P. M. DA. ARRUDA, A. L. M. M. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar.** Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

SILVA, L. M. da. **Educação Inclusiva e Formação de Professores.** SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MEC – SETEC INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO / CAMPUS CUIABÁ – OCTAYDE JORGE DA SILVA DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, Cuiabá - MT Setembro 2009.

SILVA, L. M. G. **Educação especial e inclusão escolar sob a perspectiva legal.** Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf>>. Acesso em: 01-01-17

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

---

Recebido para publicação em setembro de 2017

Aprovado para publicação em setembro de 2017